



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA

Cópia de parte da

-----ATA N.º 06/2022-----

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal da Batalha, sito na Rua Infante D. Fernando, Batalha, reuniu, em *sessão ordinária* a Assembleia Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais (...)

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

(...)

-----Ponto 6-----

Apreciar e deliberar sobre o Orçamento 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027, nos termos das disposições legais conjugadas no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (na sua atual redação); alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), onde se inclui a aprovação de:-----

- I. Assunção de compromissos plurianuais (até 100.000 euros), para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 08/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----
- II. Mapa do Pessoal para 2023, para os efeitos previstos na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;-----
- III. Autorização para a inscrição de rubricas de receita cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;-----

MGD n.º 103, de 09/11/2022-----

Discussão e deliberação sobre o Orçamento 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027, nos termos das disposições legais conjugadas no n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)-----

Após apresentação do documento em apreço, e atento aos fundamentos enunciados na Deliberação n.º 2022/0506/G.A.V., tomada na reunião do Executivo Municipal de 21 de novembro de 2022, foi o ponto posto a discussão.-----

(...)

Findo o período de esclarecimentos, foi o mesmo posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por maioria, com 14 (catorze) votos a favor, 2 (dois) votos contra e 8 (oito) abstenções, aprovar o Orçamento 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027, nos termos das disposições legais conjugadas no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (na sua atual redação); alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), onde se inclui a aprovação de:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA

Cópia de parte da

- i. --- Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes: -----
- a) -- Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----
- b) -- Resultem do previsto no orçamento e nas Grandes Opções do Plano; -----
- c) --- Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos.-----
- ii. --- Mapa de Pessoal para 2023, para os efeitos previstos na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----
- iii. --- Autorização para a inscrição de rubricas de receita cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Votaram contra os senhores deputados municipais Francisco Coutinho do CDS/PP e o senhor deputado municipal Eduardo Veiga do Chega. O senhor deputado municipal Francisco Coutinho do CDS/PP apresentou uma declaração de voto que fica anexa à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida. -----

Abstiveram-se os senhores deputados municipais Alfredo Matos, Hugo Vicente, Nuno Santos, Vítor Correia, Fernando Marques, Elodie Zeferino e Marco Vieira do PPD/PSD, bem como o senhor deputado municipal Ricardo Vala da Iniciativa Liberal. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

**

Está conforme o original existente no arquivo desta Assembleia Municipal, o que certifico. -----
Assembleia Municipal da Batalha, aos 19 de dezembro de 2022. -----

**

O Presidente da Assembleia Municipal


(Joaquim José Pereira Ruivo)

Assembleia Municipal da Batalha